

Função sócio-ambiental da propriedade rural e pagamento pelos serviços ambientais: uma análise da Lei de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

João Carlos Wagner

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

WAGNER, João C. **Função sócio-ambiental da propriedade rural e pagamento pelos serviços ambientais**: uma análise da Lei de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

WAGNER, João C. **Função sócio-ambiental da propriedade rural e pagamento pelos serviços ambientais**: uma análise da Lei de Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

O presente trabalho, partindo de uma noção constitucional do direito ambiental e trazendo os princípios que regem esse ramo do direito estuda o conceito e alcance do termo pagamentos por serviços ambientais, demonstrando a sua natureza jurídica e campo de aplicação. Nesse contexto, o trabalho pretende promover uma confrontação entre o instituto, caracterizado doutrinariamente como instrumento econômico de proteção à natureza e os instrumentos de comando e controle

existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, relaciona as noções de obrigatoriedade e de voluntariedade na busca da proteção ao ambiente. Indaga se a utilização de um sistema de pagamentos por serviços ambientais representa um instrumento complementar de aperfeiçoamento das ações já existentes. Assim, partindo de uma pesquisa bibliográfica o trabalho busca responder se a premiação de provedores de serviços ambientais no Brasil constitui um instrumento viável a complementar a política de comando e controle estatal. Por fim, são relatadas algumas iniciativas de pagamentos por serviços ambientais existentes, sem olvidar das considerações finais sobre o tema.

Palavras-Chave: Direito. Pagamentos por serviços ambientais. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper, from a constitutional notion of environmental law and bringing the principles governing this branch of law studies the concept and scope of the term payments for environmental services, demonstrating its legal nature and scope. In this context, the paper aims to promote a confrontation between the institute, characterized doctrinally as an economic instrument to protect the nature and instruments of command and control existing in the Brazilian legal system. We relate the notions of obligation and willingness seeking to protect the environment. Asks whether the use of a system of payments for environmental services is a complementary tool for improvement of existing shares. Thus, based on a literature work seeks to answer whether the award of environmental services in Brazil is a viable complement to the political control and state control instrument. Finally, some initiatives are reported payments for existing environmental services, without forgetting the final remarks on the subject.

Keywords: Law; Payments for environmental services; Sustainability.

Texto completo em PDF